



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES

## AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS – CONSUMO

### TIPO 2 – VERDE

#### MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por sessenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
  - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
  - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

#### PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

#### TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
  - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
  - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
- 
- Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
  - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
  - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



**CARGO: AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS – CONSUMO**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Questão 01**

A imagem a seguir retrata uma chamada para uma matéria em *site* jornalístico; analise-a.



(Disponível em: <https://oglobo.globo.com/>. Acesso em: março de 2026.)

Reconhecendo que, na linguagem contemporânea, os textos apresentam-se muitas vezes constituídos não apenas por elementos linguísticos, mas também visuais; assinale a afirmativa que apresenta correção acerca da imagem.

- A) É possível observar efeito de sentido que produz oposição através da linguagem verbal, assim como através da linguagem não verbal.
- B) O propósito do texto apresentado é que, através de um processo associativo, o interlocutor deseje que a felicidade sobreponha-se à possibilidade de tristeza.
- C) Há uma interação entre os elementos linguísticos e visuais de modo que a expressão “Dia Internacional da Felicidade” tem seu sentido complementado pela imagem retratada.
- D) Há uma tentativa deliberada de ignorar que a tristeza, representada metaforicamente pela lágrima escorrendo de um dos olhos da jovem, faça parte do cotidiano das pessoas que se mostram otimistas.

Texto para responder às questões de 02 a 07.

**Dia Internacional da Felicidade: entenda como a positividade tóxica pode prejudicar a saúde**

No dia 20 de março é comemorado o Dia Internacional da Felicidade. Durante décadas, a psicologia e a cultura popular difundiram a ideia de que pensar positivamente é uma ferramenta poderosa para mudar o rumo da vida e favorecer a realização dos desejos. De livros de autoajuda a frases inspiradoras nas redes sociais, a mensagem tem sido clara: a atitude é tudo.

Assim surgiu uma corrente apoiada por psicólogos como Martin Seligman, da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, que sustentava: “as emoções positivas promovem a resiliência, a criatividade e o bem-estar geral”.

“Mantenha o rosto voltado para a luz do sol e você não verá as sombras”, aconselhava Helen Keller, ativista norte-americana que se tornou um símbolo de superação. No entanto, o que acontece quando o sol cega – e as sombras que ignoramos começam a pesar mais do que a própria luz?

Os cientistas encontraram base sólida para isso. A psicologia positiva, surgida no fim dos anos 1990, trouxe evidências contundentes sobre os benefícios de cultivar a gratidão, o otimismo e a esperança. Segundo um estudo da Universidade da Carolina do Norte, liderado pela psicóloga Barbara Fredrickson, “as emoções positivas ampliam nossa capacidade de pensamento e ação, ajudando a construir recursos pessoais de longo prazo”.

Do ponto de vista fisiológico, as emoções agradáveis também melhoram a saúde física. A Clínica Mayo destacou em uma de suas últimas pesquisas que pessoas otimistas apresentam menores níveis de cortisol, pressão arterial mais baixa e risco reduzido de doenças cardiovasculares. Uma meta-análise da Universidade de Harvard constatou que o otimismo pode aumentar em até 15% a expectativa de vida.



Porém, o auge dessa visão trouxe efeitos colaterais inesperados. A necessidade de “estar bem” transformou-se em um mandato social, fortemente enraizado em ambientes de trabalho, na educação, nas relações afetivas e, especialmente, nas redes sociais. O otimismo, em muitos casos, deixou de ser um recurso pessoal para se tornar uma obrigação coletiva.

– Na cultura atual, o otimismo permanente se tornou quase uma obrigação. Redes sociais, mensagens motivacionais e livros de autoajuda repetem mantras como “se você quiser, você pode”, instalando a ideia de que sentir tristeza, raiva ou frustração é um erro – diz Roxana Rostán, psicóloga da Fundação Aiglé.

Esse é o conceito que começa a preocupar os especialistas: quando a mensagem de bem-estar se transforma em imposição, surge o que hoje se chama de positividade tóxica.

O problema é que nela não há espaço para a dúvida, o medo ou a frustração. Tudo deve ser rapidamente transformado em lição, aprendizado ou gratidão. Essa exigência emocional, longe de promover saúde mental, pode gerar desconexão interna e um profundo vazio emocional.

Pesquisadores como Erica Anderson, especialista em Psicologia Cultural da Universidade do Sul da Califórnia, alertam que essa imposição emocional pode causar mais mal do que bem.

– A positividade tóxica leva à supressão emocional crônica e isso impede o desenvolvimento de uma verdadeira resiliência – diz.

Em outras palavras, não se trata de rejeitar o otimismo, mas de reconhecer quando ele se torna um véu que nos afasta da realidade.

– Quando algo negativo acontece, as pessoas costumam dizer “veja o lado bom”. Embora bem-intencionados, esses comentários podem silenciar quem está sofrendo. Ignorar as emoções negativas não as faz desaparecer. Empurrá-las para debaixo do tapete mental só aumenta o sofrimento – acrescenta Anderson.

Marisa G., arquiteta de 43 anos, lembra o momento em que a positividade deixou de ajudá-la. Após perder o emprego durante a pandemia, agarrou-se a todas as frases motivacionais, como “Isso é uma oportunidade” e “Tudo acontece por uma razão”. Evitava falar de medo e angústia porque achava que mostrar vulnerabilidade era fracassar.

– Eu me obrigava a sorrir e agradecer todos os dias. Mas por dentro me sentia vazia, como se estivesse falhando por não ser feliz – conta.

A história dela não é isolada. Um estudo da Universidade de Indiana, publicado no *Journal of Communication and Media*, revelou que mais de 68% dos jovens adultos sentem pressão para aparentar felicidade nas redes sociais, mesmo em momentos difíceis.

– O mandamento de estar bem o tempo todo gera culpa e isolamento – explica o sociólogo Benjamin Crossley, autor da pesquisa.

Do Centro de Saúde Mental do Campus de Ontário (Canadá) vem outra constatação: a positividade tóxica “anula emoções legítimas, dificulta a busca por apoio e alimenta uma cultura de silenciamento emocional”.

Rostán acrescenta que, no ambiente de trabalho, essa cultura do “tudo bem” pode ser especialmente perigosa:

– A exigência de manter o bom humor, mesmo em situações de esgotamento, aprofunda uma cultura que prioriza a produtividade em detrimento da saúde mental.

Nas redes, influenciadores, celebridades e até marcas reforçam a narrativa de que tudo pode ser transformado com boa atitude. Mas o que acontece com quem não consegue fazê-lo?

– Começa a surgir uma autocritica feroz – diz o psicólogo Tomás D’Angelo, da Universidade de Buenos Aires. – As pessoas não apenas se sentem mal, mas se culpam por não conseguir mudar seu estado emocional.

O preço é alto. Um estudo da Universidade de Oxford, liderado pela psicóloga Hannah Torres, mostrou que pessoas que suprimem emoções negativas com frequência têm 34% mais risco de ansiedade crônica e 23% mais chance de desenvolver transtornos psicossomáticos.

– A “boa vibração” pode ser especialmente irritante para quem está atravessando profunda angústia – diz Torres.

Ramiro T., bancário de 38 anos, conta que durante anos sentiu a pressão de ser o “positivo do grupo”. Sempre tinha uma frase para animar os colegas e minimizar as preocupações. Tudo mudou quando o pai adoeceu gravemente.

– Eu achava que, se me deixasse ficar triste, os outros pensariam que estava desistindo. Mas manter essa fachada me desgastou. Na terapia aprendi que também está tudo bem não estar bem – diz.

Existem abordagens terapêuticas que apoiam esse equilíbrio. Uma delas é o *mindfulness*. Segundo um estudo de Oxford, pessoas que praticam meditação consciente têm 28% menos reatividade emocional diante de situações adversas.

(Por: Flávia Tomaello. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/bem-estar/noticia>. Acesso em: março de 2026. Adaptado.)

## Questão 02

O sinal de aspas nos 2º§ e 3º§ indicam e promovem, respectivamente:

- A) Citação direta; efeito de veracidade.
- B) Discurso indireto; argumento de autoridade.
- C) Destaque ao enunciado; indicação de pontos de vista.
- D) Introdução de informação; reflexões referentes à temática.



### Questão 03

Considerando-se os 5º§ e 6º§ do texto, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de um trecho descritivo cuja organização indica características do texto jornalístico.
- B) Há uma transição entre os parágrafos citados, podendo ser indicadas observações que apontam novos encaminhamentos.
- C) O 6º§ apresenta-se como uma conclusão das informações e ideias apresentadas no 5º§, indicando uma sequência textual coesa e coerente.
- D) A caracterização linguística desse trecho inclui predominância de adjetivos e orações conclusivas, demonstrando o desenvolvimento das ideias apresentadas.

### Questão 04

Os agrupamentos a seguir foram realizados utilizando vocábulos presentes no texto em análise. Considerando que o critério para que tais agrupamentos fossem feitos foi a mesma justificativa para acentuação gráfica dos vocábulos, assinale aquele cuja regra não foi observada.

- A) você / verá / está
- B) tóxica / décadas / psicólogos
- C) gratidão / emoções / superação
- D) Pensilvânia / resiliência / evidências

### Questão 05

É correto afirmar que, em sua conclusão, o texto apresenta:

- A) Perspectivas que promovem o distanciamento da realidade apresentada.
- B) Soluções plausíveis para que a felicidade seja um estado constante do indivíduo.
- C) Possibilidades de, considerando a realidade apresentada, romper um ciclo prejudicial.
- D) Inovações terapêuticas que reduzem, consideravelmente, a possibilidade de estados de sofrimento.

### Questão 06

Sobre a estruturação do texto apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) O principal objetivo da autora do texto é criticar a posição daqueles que entendem que o otimismo constante é uma solução.
- B) A inclusão do enunciador do texto a partir da construção e apresentação de uma identidade pode ser reconhecida como estratégia argumentativa.
- C) É possível observar estratégias relacionadas a aumento da credibilidade, e fundamentação de informações que se mostram contrárias à disseminação de *fake news*.
- D) De acordo com a abordagem feita e o conteúdo apresentado, pode-se afirmar que o público-alvo desse texto é o indivíduo cuja rotina inclui leitura jornalística diária.

### Questão 07

Acerca do título “Dia Internacional da Felicidade: entenda como a positividade tóxica pode prejudicar a saúde”, é correto afirmar que:

- A) Embora haja uma afirmativa expressa no título, a expressão “pode prejudicar a saúde” torna-a ambígua.
- B) O interlocutor é interpelado estrategicamente, contribuindo para que o objetivo comunicacional do texto seja alcançado.
- C) Há uma convocação do público-alvo a realizar um movimento que visa ao tratamento de uma patologia real na sociedade contemporânea.
- D) Caso a forma verbal “entenda” fosse substituída por equivalente que incluísse o enunciador, a forma “pode” deveria ser substituída obrigatoriamente.

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

### Questão 08

Após uma campanha de *marketing* bem-sucedida, Roberta percebeu que o número de seguidores em sua rede social passou a aumentar diariamente segundo uma progressão aritmética. Sabe-se que no primeiro dia após a campanha, ela possuía 2,7 milhões de seguidores e, no dia seguinte, a quantidade de seguidores observada dobrou. Nessas condições, o número de seguidores de Roberta no 4º dia após a campanha é:

- A) 10,8 milhões.
- B) 12,6 milhões.
- C) 16,8 milhões.
- D) 21,6 milhões.



### **Questão 09**

**Uma editora digital está organizando a revisão de um conjunto de manuscritos em quatro etapas:**

- Na primeira etapa, será revisada a terça parte do total de manuscritos;
- Na segunda etapa, será revisada a quarta parte do total de manuscritos;
- Na terceira etapa, serão revisados três quintos dos manuscritos ainda não revisados; e
- Os manuscritos restantes serão revisados na última etapa.

**Sendo assim, é correto afirmar que a quantidade de manuscritos revisados na segunda etapa corresponde, da quantidade revisada na última etapa, a:**

- A)  $1/2$ .
- B)  $2/3$ .
- C)  $3/2$ .
- D) 2.

### **Questão 10**

**Em um programa de bolsas de pesquisa, três estudantes serão premiados com um total de R\$ 52.781,00, que será dividido de maneira inversamente proporcional ao número de erros cometidos em um teste de proficiência ao longo do semestre.**

**Sabe-se que:**

- O estudante A cometeu 18 erros;
- O estudante B cometeu 24 erros; e
- O estudante C cometeu 30 erros.

**O valor recebido pelo estudante que cometeu menos erros é:**

- A) R\$ 20.530,00.
- B) R\$ 22.460,00.
- C) R\$ 24.680,00.
- D) R\$ 26.790,00.

### **Questão 11**

**Um chef de cozinha preparou um prato especial e desafiou seus aprendizes a adivinharem o único ingrediente secreto da receita. Ele deu as seguintes afirmações:**

- O ingrediente secreto é sal;
- O ingrediente secreto não é açúcar;
- O ingrediente secreto é pimenta; e
- O ingrediente secreto não é alho.

**Considere que apenas uma dessas afirmações é falsa e, conseqüentemente, as demais são verdadeiras. Assim, os aprendizes podem concluir, necessariamente, que o ingrediente secreto:**

- A) É açúcar.
- B) Não é sal.
- C) É pimenta.
- D) Não é alho.

### **Questão 12**

**Durante uma expedição arqueológica, um guia local diz ao explorador:**

“O mapa não está enterrado no oásis ou a chave não está escondida na pirâmide”.

**Considerando a lógica dessa afirmação, qual das alternativas relacionadas a seguir representa a negação do que o guia disse?**

- A) O mapa está enterrado no oásis e a chave está escondida na pirâmide.
- B) O mapa está enterrado no oásis ou a chave está escondida na pirâmide.
- C) O mapa não está enterrado no oásis e a chave não está escondida na pirâmide.
- D) Se o mapa está enterrado no oásis, então a chave não está escondida na pirâmide.



### **Questão 13**

Considere que uma empresa está gerando senhas temporárias para os seus usuários combinando 7 letras distintas, 5 dígitos possíveis e 4 símbolos diferentes. Cada senha é formada por 1 letra, 1 dígito e 1 símbolo, nessa ordem. Em determinado dia, foram geradas 157 senhas. Considerando as informações, o número de senhas que necessariamente foram repetidas é igual a:

- A) 17.
- B) 23.
- C) 29.
- D) 35.

### **Questão 14**

Considere que as seguintes afirmações sejam verdadeiras:

- Se o relatório foi aprovado, então o pagamento foi liberado;
- Se o sistema de cadastro é *on-line*, então os funcionários precisam de treinamento; e
- O pagamento não foi liberado e o sistema de cadastro é *on-line*.

**A partir dessas informações, pode-se concluir corretamente que os funcionários:**

- A) Precisam de treinamento e o relatório foi aprovado.
- B) Precisam de treinamento e o relatório não foi aprovado.
- C) Não precisam de treinamento e o relatório foi aprovado.
- D) Não precisam de treinamento e o relatório não foi aprovado.

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **Questão 15**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município Gama instaurou procedimento administrativo com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na concessão e manutenção de benefícios assistenciais do Programa Bolsa Família por famílias residentes no município. Para verificar a renda familiar e a composição do núcleo familiar dos beneficiários, o órgão municipal solicitou à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Educação o compartilhamento de dados constantes de seus cadastros administrativos, tais como endereço atualizado, matrícula escolar de crianças e adolescentes e registros de acompanhamento em programas de saúde pública. Um dos beneficiários, ao tomar conhecimento da medida, ajuizou uma ação, alegando que o compartilhamento dessas informações violaria o seu direito à proteção de dados pessoais. Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da proteção de dados pessoais, assinale a afirmativa correta.

- A) O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos da Administração Pública depende necessariamente do consentimento expresso do titular dos dados ou de autorização judicial, sob pena de violação ao direito fundamental à proteção de dados.
- B) O direito fundamental à proteção de dados pessoais impede o tratamento e o compartilhamento de informações constantes de cadastros administrativos mantidos pelo poder público, salvo quando se tratar de investigação criminal autorizada judicialmente.
- C) A proteção de dados pessoais não constitui direito fundamental autônomo no ordenamento brasileiro, sendo apenas um desdobramento do direito à intimidade, de modo que o compartilhamento de dados pelo poder público não exige fundamento legal específico.
- D) O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos da Administração Pública é permitido quando necessário à execução de políticas públicas previstas em lei e regulamentos, desde que respeitados os princípios e limites da LGPD e a proteção constitucional à privacidade e aos dados pessoais.



### Questão 16

Considere, hipoteticamente, que, durante fiscalização realizada no município de Vitória, um auditor de atividades urbanas constatou que um estabelecimento industrial de tingimento têxtil, atividade considerada potencialmente poluidora, encontrava-se em funcionamento sem a devida obtenção do licenciamento ambiental junto ao órgão municipal competente. Diante da irregularidade, foi lavrado auto de infração, com aplicação de multa e fixação de prazo para regularização. Na ocasião, o responsável pelo empreendimento alegou a inconstitucionalidade da atuação fiscalizatória municipal, sustentando que a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição seriam de competência apenas da União, dos estados e do Distrito Federal. Considerando a organização do Estado brasileiro e a repartição constitucional de competências, é correto afirmar que a fiscalização municipal é:

- A) Inconstitucional, pois a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição inserem-se no âmbito da competência administrativa privativa da União.
- B) Constitucional, pois a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição inserem-se no âmbito da competência administrativa privativa dos municípios.
- C) Constitucional, pois a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição inserem-se no âmbito da competência administrativa comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- D) Inconstitucional, pois a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição inserem-se no âmbito da competência administrativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, não incluindo, portanto, os municípios.

### Questão 17

Após o recebimento de denúncia formulada por moradores acerca da realização de obra possivelmente irregular em um imóvel localizado na região central do município de Vitória, um auditor de atividades urbanas da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Habitação (SEDEC) dirigiu-se ao local para realizar a devida fiscalização. Durante a diligência, o agente público verificou que estavam sendo executadas intervenções estruturais na edificação, sem a expedição do correspondente alvará de execução pelo município, que sequer havia sido informado da existência da referida obra. Constatada a irregularidade, o auditor lavrou o auto de intimação e determinou o embargo da obra até a regularização da licença, advertindo o responsável técnico que o descumprimento da ordem ensejaria a aplicação de multa administrativa, conforme previsto na legislação municipal. Inconformado com a medida, o proprietário do imóvel alegou que a atuação do auditor seria inconstitucional, sustentando que o município não poderia impor restrições ao exercício do direito de propriedade. Tendo em vista o caso hipotético, à luz da Constituição da República de 1988, a atuação do auditor de atividades urbanas é:

- A) Inconstitucional, pois a imposição de embargo administrativo de obra particular exige prévia autorização judicial, em observância à garantia do devido processo legal.
- B) Inconstitucional, pois a disciplina das atividades edilícias e da segurança das construções urbanas constitui matéria de competência legislativa privativa da União, não podendo ser objeto de regulação municipal.
- C) Parcialmente constitucional, apenas quanto à lavratura da intimação, sendo vedado ao município impor embargo administrativo sobre obra privada, por caracterizar restrição desproporcional ao direito de propriedade.
- D) Constitucional, pois se insere no exercício do poder de polícia do município, no âmbito de sua competência constitucional para legislar sobre assuntos de interesse local e promover a ordenação do uso do solo urbano.

### Questão 18

Durante fiscalização realizada em uma clínica de estética, um auditor de atividades urbanas constatou que determinada responsável técnica realizava procedimentos privativos de biomedicina sem, contudo, possuir o registro no competente conselho profissional. Ao ser indagada acerca da irregularidade, esta alegou que a Constituição Federal assegura a liberdade de exercício profissional, razão pela qual a exigência de registro em conselho de classe seria incompatível com o texto constitucional. Diante da alegação, o auditor informou que o art. 5º, XIII, da Constituição Federal, de fato, estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mas desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade, é correto afirmar que o art. 5º, XIII, da Constituição Federal, classifica-se como norma de:

- A) Eficácia plena, por consagrar direito fundamental de aplicabilidade direta, imediata e integral, não admitindo restrições impostas por legislação infraconstitucional.
- B) Eficácia contida, pois possui aplicabilidade direta e imediata, embora admita que lei posterior estabeleça qualificações ou requisitos para o exercício de determinadas profissões.
- C) Eficácia limitada de natureza programática, pois se limita a enunciar diretriz constitucional relativa à liberdade profissional, cuja concretização depende de atuação legislativa posterior.
- D) Eficácia limitada de princípio institutivo, pois condicionaria a efetivação da liberdade profissional à edição de lei posterior destinada a estruturar os órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização das profissões.



## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 19

A sociedade empresária “Vicissitude Engenharia”, contratada pelo município Alfa para a prestação de serviços contínuos de manutenção de vias urbanas, apresentou documentação fiscal falsa durante a execução do contrato para ocultar o descumprimento de obrigações tributárias. Em razão da gravidade da conduta, a Administração Pública instaurou o devido processo de responsabilização, culminando na aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. No que se refere ao pedido de reabilitação da referida empresa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tal procedimento, dentre outros requisitos:

- A) Exige o prazo de três anos.
- B) Independe de análise jurídica.
- C) Prescinde da reparação do dano.
- D) Ocasiona o impedimento de licitar e contratar na esfera do ente.

### Questão 20

Para melhorar o atendimento ao cidadão, a prefeitura de Kappa-Gama decidiu criar subprefeituras em diferentes regiões do município, distribuindo competências entre esses novos órgãos internos. Em uma dessas unidades, um auditor emitiu uma licença para construção de um muro, mas esqueceu-se de assinar o documento. Posteriormente, a autoridade superior, ao perceber a falha, decidiu suprir a falta da assinatura para manter os efeitos do ato, uma vez que o particular já havia preenchido todos os requisitos legais. Com base no texto de referência, no que tange à classificação da organização administrativa do caso hipotético e à validade do ato praticado, assinale a afirmativa correta.

- A) A criação de subprefeituras é um exemplo de descentralização administrativa em razão da matéria, o que impede a autoridade central de intervir nos atos praticados pelos subprefeitos.
- B) O ato praticado pelo auditor é classificado como um ato complexo, pois depende da vontade do agente e da posterior concordância da autoridade superior para completar seu ciclo de formação e tornar-se perfeito.
- C) A distribuição de funções para as subprefeituras configura desconcentração administrativa em razão do território; já a ausência de assinatura é considerada uma formalidade acidental, permitindo a convalidação do ato.
- D) A licença para construir é um ato administrativo discricionário e precário, o que permitiria à autoridade superior revogá-la a qualquer momento por razões de conveniência, independentemente do preenchimento de requisitos pelo particular.

### Questão 21

No que tange ao poder de polícia e à atuação da Administração Pública no exercício de atividades fiscalizatórias, analise as afirmativas a seguir.

- I. Embora a discricionariedade seja a regra no exercício do poder de polícia, conferindo ao fiscal a escolha do momento de agir ou da sanção mais adequada, existem situações em que a atuação administrativa é vinculada, não restando ao agente público liberdade de decisão caso os requisitos legais sejam preenchidos pelo administrado.
- II. A distinção entre supremacia geral e supremacia especial atua como critério diferenciador entre o poder de polícia e o poder disciplinar. Enquanto a sanção imposta a um particular por descumprimento de normas sanitárias decorre da supremacia geral, a sanção aplicada a um servidor público em razão de infração estatutária (poder disciplinar) fundamenta-se na supremacia especial.
- III. A autoexecutoriedade, como atributo do poder de polícia, autoriza a Administração a implementar suas decisões sem prévia intervenção do Judiciário. Contudo, essa prerrogativa não é absoluta e pode ser afastada pela jurisprudência em casos sensíveis, como na demolição de prédio habitado, onde se exige decisão judicial prévia.
- IV. O atributo da autoexecutoriedade permite que a Administração execute suas decisões diretamente; contudo, há uma distinção doutrinária entre executoriedade e exigibilidade. No caso das multas, por exemplo, a Administração dispõe de meios indiretos de coerção (exigibilidade), mas carece de executoriedade propriamente dita para satisfazer o crédito de forma unilateral.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.



### Questão 22

O auditor fiscal Apolo, ao realizar vistoria em um terminal portuário na baía de Vitória, detecta o vazamento imediato de óleo decorrente de operações irregulares da concessionária “Netuno Logística”. Diante do risco ao ecossistema marinho, Apolo determina a interdição imediata da operação e a apreensão das bombas, sem autorização judicial. A empresa contesta, alegando que a interrupção fere o princípio da continuidade do serviço público e que a medida é desproporcional por ser súbita. Com base na doutrina sobre os princípios da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) A medida é nula por desproporcionalidade, uma vez que o princípio da confiança legítima obriga o fiscal a conceder prazo de transição e aviso prévio antes de qualquer interrupção de atividade econômica.
- B) A interdição viola o princípio da continuidade, pois serviços de necessidade absoluta não podem ser interrompidos por atos unilaterais da fiscalização, independentemente de eventuais irregularidades na execução.
- C) O ato carece de atributo de validade, pois a doutrina da vinculação positiva impede que o fiscal atue de forma criativa ou imponha sanções sem que haja uma lei exaustiva prevendo cada etapa do rito de apreensão.
- D) A atuação é legítima, pois a autoexecutoriedade permite a imposição da vontade administrativa sem ordem judicial prévia, e a continuidade pressupõe a regularidade da prestação, não servindo para acobertar atividades ilícitas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Questão 23

Em relação ao orçamento participativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É uma ação democrática resultante de preceitos legais para que os municípios busquem a participação dos cidadãos para debater e aprovar seus orçamentos, o que possibilita à população participar da destinação dos recursos públicos municipais.
- B) É por meio do orçamento participativo que as Administrações municipais trabalham de forma conjunta e uníssona, com o intuito de possibilitar a participação da população em todas as decisões dos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.
- C) É uma ferramenta democrática em que a população pode participar/acompanhar e fiscalizar as decisões relacionadas aos recursos e gastos públicos, também pode buscar o direcionamento desses recursos a obras e serviços que são necessários à comunidade e que poderão melhorar a qualidade de vida da população.
- D) A metodologia de um orçamento participativo traz a possibilidade de aproximar cidadãos e representantes políticos, tornando possível uma conversa em que a população dê sua opinião sobre a finalidade das verbas e ouça o prestar de contas do Poder Executivo, além de decidir, por meio do voto, sobre a distribuição das receitas públicas do município.

#### Questão 24

A reforma da Administração Pública brasileira, iniciada na década de 1990, baseou-se em uma concepção do Estado e de seu papel, procurando definir as atividades que deveria realizar diretamente, as atividades que deveria financiar ou promover e aquelas atividades que não eram mais de sua competência. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A implantação da gestão por resultados na Administração Pública brasileira utiliza-se de ferramentas de gestão do processo de planejamento e do uso da tecnologia de informação.
- B) Para ampliar a eficiência das atividades que são exclusivas de Estado, existe a possibilidade de transformação das autarquias em organizações públicas não estatais denominadas organizações sociais.
- C) A atuação do Estado no fornecimento de bens e serviços destinados ao mercado se justifica pelo fato de o setor privado, em áreas específicas, não deter capital suficiente para realizar investimentos ou porque são atividades monopolistas. São atividades que, se privatizadas, requerem regulação rigorosa.
- D) As atividades não exclusivas de Estado são aquelas em que o poder público atua em conjunto com outros fornecedores públicos não estatais e privados. Para a prestação desses serviços, a presença do Estado se justifica por envolverem direitos humanos e/ou fundamentais e por apresentarem economias externas relevantes.



### **Questão 25**

**Quanto aos processos participativos e aos indicadores de desempenho aplicáveis à Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Entende-se por Conselhos e Órgãos Colegiados, as instâncias consultivas e/ou deliberativas, compostas por representantes de diferentes setores públicos e, também, da sociedade civil, os quais são constituídos para tratar de temas específicos, de forma a subsidiar a atuação governamental e compatibilizar os interesses coletivos com as políticas públicas.
- II. As parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil se estabelecem em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- III. Os indicadores de desempenho são números que sintetizam situações complexas, dados determinados parâmetros de análises. Eles não simplificam a realidade, pois captam todos os aspectos dela; funcionam como parâmetros que medem a diferença entre a situação passada e a situação presente. Os indicadores de desempenho são importantes instrumentos para controle da gestão pública, em que pesem não aumentarem o grau de transparência e dificultarem o diálogo entre os mais diversos grupos sociais organizados.
- IV. A complexidade dos Estados modernos cria a necessidade de uma maior participação popular em sua gestão e essa participação pode ser entendida, também, por controle social. A Constituição Federal elenca inúmeros direitos fundamentais da sociedade. Contudo, o exercício de tais direitos demanda disponibilidade de recursos financeiros, os quais são obtidos coercitivamente por meio da tributação e da cobrança de contribuições e aplicados em consonância com as Leis Orçamentárias. Dessa forma, é imperativo que o controle social, para mostrar-se efetivo, incida principalmente sobre os orçamentos públicos, pois neles está indicada, ou não, a implementação desses direitos.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

### **Questão 26**

**Tendo por base conhecimentos relativos ao planejamento nas organizações públicas brasileiras, analise as afirmativas a seguir.**

- I. É por meio da utilização de instrumentos de planejamento que os órgãos governamentais estabelecem metas claras e objetivos a serem alcançados, otimizam o uso dos recursos públicos e melhoram a eficiência na prestação de serviços à sociedade.
- II. O planejamento desempenha papel crucial na tomada de decisões estratégicas, na alocação de recursos e na definição de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento social.
- III. O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, estabelecido por lei, que orienta as ações do governo e estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal.
- IV. O planejamento estratégico institucional parte de uma análise do ambiente externo e interno para a definição de objetivos de curto e de médio prazos e a formulação de estratégias para alcançar metas específicas, promovendo uma gestão mais eficaz e adaptável às demandas em constante evolução da sociedade.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.



## **NOÇÕES DE AUDITORIA E DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**

### **Questão 27**

**Em relação à auditoria operacional, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O principal objetivo da auditoria operacional é promover, construtivamente, a governança econômica, efetiva e eficaz. Ela também contribui para a *accountability* e transparência.
- II. O objeto da auditoria operacional não precisa estar limitado a programas, entidades ou fundos, mas pode incluir atividades (com seus produtos, resultados e impactos) ou situações existentes (incluindo causas e consequências).
- III. Na auditoria operacional, os auditores devem estabelecer um objetivo de auditoria claramente definido que se relacione aos princípios de economicidade, eficiência e efetividade.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

### **Questão 28**

**Em relação aos princípios e regras processuais do direito administrativo sancionador, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A dimensão material do contraditório pode ser entendida como a possibilidade de a manifestação da parte adversa alterar o resultado de qualquer decisão a ser tomada pela Administração Pública.
- II. O devido processo legal, na sua dimensão formal, representa a aplicação do princípio da proporcionalidade nos processos administrativos.
- III. Em atenção ao princípio da ampla defesa, os processos administrativos disciplinares exigem a atuação técnica obrigatória por um advogado.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.

### **Questão 29**

**Durante sua preparação para um concurso público na área jurídica, determinado candidato dedica-se ao estudo do direito administrativo sancionador, com especial atenção às regras que orientam a aplicação de sanções pela Administração Pública. Ao revisar a legislação e a jurisprudência pertinentes, busca compreender os critérios de dosimetria das sanções, a necessidade de motivação das decisões administrativas, a consideração das circunstâncias concretas do caso e as hipóteses de responsabilização do agente público, a fim de identificar corretamente as condutas permitidas e vedadas no âmbito sancionador. Considerando essa temática e seus princípios norteadores, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Pelo princípio da segregação das funções, não é possível que um agente público, salvo as exceções constitucionais, acumule mais de um cargo público, sob pena de violação à eficiência.
- II. A motivação não se confunde com o simples motivo, sendo aquela justamente a exposição dos motivos de fato e de direito para a prática do ato.
- III. A presunção de inocência, também tratada como não culpabilidade, possui previsão constitucional e é extensível aos processos administrativos.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### Questão 30

Dentre as variadas etapas do ciclo de auditoria operacional, uma delas é o monitoramento. A respeito dessa fase, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) O monitoramento refere-se à análise feita pelo auditor das ações corretivas adotadas pela entidade auditada ou por outra parte responsável, com base nos resultados da auditoria operacional.
- ( ) O monitoramento se restringe à verificação da implementação das recomendações anteriormente exaradas.
- ( ) O auditor precisa decidir quais (se não todas) recomendações devem ser monitoradas e como o monitoramento será realizado (se por meio de uma nova auditoria ou de um procedimento simplificado).

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, F, F.

### Questão 31

Determinado servidor público foi investigado por suposto favorecimento indevido em licitação. Em razão dos mesmos fatos, foram instaurados Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e ação penal. No PAD, a Comissão utilizou depoimentos colhidos na ação penal, autorizados judicialmente, juntando-os aos autos. Ao final, foi aplicada a penalidade de suspensão por vinte dias. A autoridade administrativa entendeu que a conduta se aproximava de outra infração prevista no estatuto disciplinar e decidiu fundamentar a punição com base em interpretação extensiva da norma disciplinar, para abranger comportamento não expressamente previsto no tipo administrativo. Posteriormente, o juízo criminal absolveu o servidor por insuficiência de provas. Diante desse cenário hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) A utilização de depoimentos colhidos no processo penal é vedada no PAD, pois caracteriza prova ilícita.
- B) A absolvição penal por insuficiência de provas impede a aplicação de sanção administrativa pelos mesmos fatos.
- C) A aplicação de sanção penal, após o processo administrativo, caracteriza *bis in idem*, pois o servidor já respondeu pelos mesmos fatos.
- D) No direito administrativo sancionador, é vedada a aplicação de analogia *in malam partem*, razão pela qual não se pode ampliar o alcance de norma sancionatória para abranger conduta não expressamente prevista.

### Questão 32

Em processo administrativo disciplinar, a Administração pretende aplicar uma nova lei que aumentou a penalidade prevista para determinada infração cometida antes da vigência dessa norma. Nesse caso, segundo os princípios do direito administrativo sancionador:

- A) Aplica-se a nova lei, pois o processo ainda está em curso e não houve decisão final.
- B) A lei mais gravosa pode retroagir se houver interesse público, diante das circunstâncias do caso concreto.
- C) A lei mais gravosa aplica-se somente se a autoridade administrativa assim decidir de maneira fundamentada.
- D) A lei mais gravosa não pode retroagir, por se tratar de garantia constitucional em relação ao poder punitivo estatal.

### Questão 33

A Constituição Federal de 1988 estabelece diversas limitações ao poder de tributar, entre as quais se destaca a imunidade tributária. Trata-se de uma vedação constitucional dirigida aos entes federativos, impedindo a incidência de determinados tributos sobre pessoas, bens ou situações específicas, com o objetivo de proteger valores considerados relevantes pela ordem constitucional. A adequada compreensão das hipóteses e dos limites dessas imunidades é essencial para a análise de casos concretos, envolvendo a incidência ou não de tributos. No tocante à matéria, analise as afirmativas a seguir.

- I. São imunes de impostos as entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes.
- II. São imunes de impostos o patrimônio, a renda ou os serviços dos municípios.
- III. A imunidade tributária de livros constante da Constituição aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que possuam funcionalidades acessórias.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



### Questão 34

Em 2023, uma autarquia federal editou orientação interna permitindo, com base em interpretação então dominante e reiterada, a celebração de determinados ajustes simplificados com entidades privadas para execução de projeto público urgente em região atingida por calamidade. À época, havia escassez de pessoal, colapso logístico e risco de interrupção de serviço essencial. Em 2026, o órgão de controle passou a adotar nova interpretação sobre a matéria, entendendo que esses ajustes deveriam observar condicionamentos adicionais não exigidos anteriormente. Ao examinar atos praticados em 2023, o controlador decidiu: a) invalidar todos os ajustes anteriores com fundamento genérico na moralidade e no interesse público; b) determinar a restituição integral e imediata de valores por todos os envolvidos, sem indicar consequências administrativas concretas da invalidação; c) responsabilizar pessoalmente o gestor por ter adotado a orientação então vigente, na modalidade objetiva; e d) deixar de prever qualquer regime de transição para os casos futuros, embora a nova orientação imponha novos deveres à Administração e aos particulares. À luz dos arts. 20 a 30 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.

- A) A decisão é válida quanto à invalidação dos atos passados e à responsabilização do gestor, mas inválida por não ter realizado consulta pública prévia antes de mudar a orientação interpretativa.
- B) A decisão é inválida apenas quanto à responsabilização do gestor, porque a LINDB exige dolo ou erro grosseiro, mas é válida quanto à invalidação retroativa dos atos, à restituição integral automática e à dispensa de transição.
- C) A decisão do órgão de controle é integralmente válida, pois a supremacia do interesse público autoriza a invalidação retroativa de atos anteriores, a responsabilização objetiva do gestor e a dispensa de regime de transição sempre que houver mudança interpretativa.
- D) A decisão apresenta múltiplas incompatibilidades com a LINDB, pois a invalidação não pode fundar-se apenas em valores jurídicos abstratos sem análise das consequências práticas; a decisão invalidatória deve indicar expressamente consequências jurídicas e administrativas; a revisão dos atos de 2023 deve considerar as orientações gerais da época; a responsabilização pessoal do agente exige dolo ou erro grosseiro; e a nova interpretação, ao impor novos deveres, pode exigir regime de transição.

### Questão 35

O direito administrativo sancionador corresponde ao conjunto de normas e princípios que disciplinam o exercício do poder punitivo da Administração Pública na repressão às infrações administrativas. A atuação administrativa sancionadora deve respeitar limites materiais e processuais destinados a assegurar a legitimidade da aplicação de sanções. Sobre os princípios do direito administrativo sancionador, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da tipicidade exige que toda conduta sancionável esteja previamente definida nas normas jurídicas e as sanções previamente estabelecidas.
- B) O princípio da proporcionalidade, de origem alemã, autoriza a Administração a, excepcionalmente, aplicar sanções ainda que não haja previsão normativa.
- C) O princípio da pessoalidade admite que sanções administrativas, caso necessário para que haja a devida retribuição punitiva, possam ser transferidas aos sucessores.
- D) O princípio da legalidade permite a analogia para ampliar hipóteses de infração administrativa, caso se apure que o fato ocorrido, reprovável perante a sociedade, não tinha previsão expressa em lei.

### Questão 36

O município Alfa, após fiscalização sanitária, constatou irregularidades em diversos pequenos restaurantes relacionadas a condições de ventilação e armazenamento de alimentos. Diante disso, a Administração aplicou multas elevadas de forma uniforme a todos os estabelecimentos; determinou a interdição imediata das atividades; acabou não avaliando as condições concretas de cada estabelecimento nem os impactos econômicos das medidas; e, para fins de uniformização, não justificou, de forma específica, a necessidade e adequação das sanções aplicadas. À luz das previsões do direito administrativo sancionador e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.

- A) A atuação é inválida, apenas quanto à interdição imediata, que viola o contraditório e a ampla defesa.
- B) A atuação é válida, pois a Administração possui discricionariedade para aplicar sanções e buscar sempre a igualdade em sentido formal.
- C) A atuação é válida, pois a proteção da saúde pública autoriza a imposição de sanções uniformes, independentemente da análise das circunstâncias concretas.
- D) A atuação é irregular, pois a Administração deveria considerar as consequências práticas da decisão, justificar a adequação das medidas e analisar as circunstâncias do caso concreto.



## **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

### **Questão 37**

**Um auditor municipal da Prefeitura de Vitória, no exercício de seu poder de polícia e fiscalização direta sobre o cumprimento da legislação por entes privados, é designado para atuar em uma força-tarefa visando notificar e sancionar algumas irregularidades; analise-as.**

1. Uma indústria instalada no local utiliza maquinário que produz gases e exalações fétidas, gerando desconforto contínuo à comunidade;
2. Uma empresa de serviços exige atestados de esterilidade de mulheres candidatas a vagas de emprego e aplica sanções internas baseadas no planejamento familiar das funcionárias; e
3. Um particular provoca o derramamento de detritos e óleo combustível na baía circundante, causando lesão comprovada ao ecossistema marinho.

**Com base exclusivamente nas disposições da Lei Orgânica do Município de Vitória, assinale o correto procedimento administrativo para os três casos hipotéticos.**

- A) No cenário 1, o auditor deve declarar a nulidade imediata do Alvará, pois a emissão de gases veda a instalação industrial em áreas residenciais; no cenário 2, a sanção municipal limita-se à multa, sendo a cassação de Alvará competência do Estado; e, no cenário 3, a multa aplicada pelo Executivo absorve a obrigação de restauração ambiental.
- B) No cenário 1, o Executivo deve estabelecer prazo mínimo de adaptação para indústrias já em funcionamento; no cenário 2, o município pode aplicar penalidades e cassar, inclusive definitivamente, o Alvará de Licença para funcionamento; e, no cenário 3, a multa fixada é independente da obrigação de restauração dos prejuízos causados.
- C) No cenário 1, compete à Câmara Municipal a concessão de Alvarás para indústrias poluentes; no cenário 2, a municipalidade pode aplicar multas, mas a cassação de licença só pode ocorrer de forma temporária; e, no cenário 3, a restauração ambiental é facultativa, caso o infrator comprove hipossuficiência financeira para o pagamento da multa proporcional.
- D) No cenário 1, compete exclusivamente ao estado do Espírito Santo conceder o Alvará e estabelecer prazos de adaptação; no cenário 2, a cassação definitiva do Alvará de licença pelo município depende de prévia sentença judicial transitada em julgado; e, no cenário 3, a multa fixada pelo Executivo deve, obrigatoriamente, ser deduzida do custo total da restauração dos prejuízos.

### **Questão 38**

**No exercício da função de auditor de atividades urbanas, o servidor municipal da Prefeitura de Vitória deve observar tanto o Estatuto (Lei nº 2.994/1982) quanto o Código de Ética (Decreto nº 16.559/2015). Sobre tais diplomas legais, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Segundo o Estatuto, o ato que determinar a instauração do processo administrativo deve ser assinado pelo Secretário Municipal responsável pela administração de pessoal e publicado no órgão oficial, sendo o prazo para a realização do processo de noventa dias, admitindo-se prorrogação por mais trinta dias por motivo justificado.
- II. Nos casos em que o ilícito administrativo constitua também ilícito penal, salvo se tratar de abandono de cargo, o processo deverá ser instruído com traslado da folha de antecedentes criminais do denunciado.
- III. Caso o indiciado mude-se para lugar incerto durante o curso do processo, o Estatuto prevê que a notificação para apresentação de defesa escrita deverá ocorrer por meio de edital, fixando-se o prazo de quinze dias para o referido ato.
- IV. Para fins de comprometimento ético, a definição de servidor público prevista no Código abrange inclusive quem presta serviços de natureza permanente, e qualquer penalidade de censura aplicada pela Comissão de Ética deve ser registrada na ficha funcional do servidor para, dentre outros, fins de avaliação de estágio probatório e progressão.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.



### Questão 39

Considere, hipoteticamente, que um auditor da Prefeitura Municipal de Vitória, ao realizar uma diligência fiscalizatória, precisa formalizar uma série de procedimentos administrativos no Sistema de Informações de Processos Administrativos (SIPAD). Durante o expediente, as seguintes situações ocorrem:

1. Para dar continuidade à ação administrativa e firmar uma decisão sobre a procedência de uma infração, o auditor redige um texto técnico que movimenta o processo;
2. O auditor recebe um calhamaço de notas fiscais em papel e utiliza um *scanner* para transformá-las em arquivos PDF em código digital, gerando uma representação fiel dos originais; e
3. O auditor identifica que determinados documentos do processo devem ser categorizados com nível de acesso “restrito” ou “sigiloso”, uma vez que se tratam de documentos preparatórios que contêm informações de sigilo fiscal e bancário da empresa fiscalizada, nos termos da legislação específica.

Com base nas disposições do Decreto Municipal nº 19.930/2021, os procedimentos referem-se, respectivamente, a:

- A) 1. Despacho 2. Autuação 3. Informações pessoais.  
B) 1. Despacho 2. Digitalização 3. Hipóteses de categorização de nível de acesso.  
C) 1. Autuação 2. Documento nato-digital 3. Hipóteses de classificação de informação (LAI).  
D) 1. Autuação 2. Documento nato-digital 3. Hipóteses de categorização de nível arquivístico.

### Questão 40

Determinado auditor, no exercício de suas atribuições de fiscalização, depara-se com um processo administrativo eletrônico no Sistema de Informações de Processos Administrativos (SIPAD), que apresenta as seguintes intercorrências; analise-as.

- I. Um usuário externo, devidamente cadastrado no Protocolo Virtual, inseriu um documento digitalizado alegando ser fiel ao original. O auditor suspeita da integridade do arquivo e solicita a exibição do documento físico original para conferência.
- II. Em razão de uma manutenção emergencial não programada e prolongada no SIPAD, um particular protocolou uma defesa administrativa em suporte físico (papel) no protocolo central do município, utilizando numeração manual sequencial provisória, para evitar a perda de um prazo urgente.
- III. O auditor identifica um documento classificado como “restrito” no SIPAD, cuja motivação da restrição foi a presença de informações comerciais e de segredo de justiça, porém nota que a causa da restrição já expirou há dois meses.

Considerando exclusivamente as normas estabelecidas pelo Decreto nº 19.930/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) Com relação ao item I, o usuário externo dispõe do prazo de quinze dias úteis para apresentar o original, sob pena de desativação imediata do cadastro, independentemente de contraditório.  
B) Em III, o nível de acesso “restrito” deve ser mantido permanentemente, uma vez que a categorização no SIPAD equivale à classificação de sigilo prevista na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011.  
C) Conforme descrito no item II, o procedimento adotado pelo particular é nulo, pois o Decreto veda terminantemente a prática de atos processuais em meio físico após a implantação do SIPAD, independentemente da disponibilidade do sistema.  
D) A respeito do previsto no item I, o usuário deve apresentar o original em cinco dias, prorrogáveis uma vez; no aspecto II, o ato físico é válido por haver indisponibilidade prolongada e urgência; no aspecto III, o nível de acesso deve ser alterado para público.

## CONHECIMENTOS DO CARGO

### Questão 41

Após denúncias de pais e alunos, um auditor municipal de relações de consumo visitou uma instituição de ensino particular. Durante a fiscalização, o servidor constatou a existência de uma cláusula no contrato de matrícula que vincula o contratante à aquisição exclusiva de material escolar e uniformes na loja da escola. O contrato também previa que eventual compra em outros estabelecimentos poderia resultar em rescisão contratual. Diante do exposto, conforme o sistema de proteção contratual do consumidor, assinale a afirmativa correta.

- A) A prática configura “venda casada”, sendo a cláusula nula de pleno direito por estabelecer obrigação iníqua e abusiva, colocando o consumidor em considerável desvantagem.  
B) A cláusula é válida nesse caso, pois, antes da relação de consumo, seu conteúdo e objetivo decorrem do direito de propriedade e da autonomia didático-científica da instituição de ensino.  
C) A vedação de compra fora da escola não viola a legalidade se a escola comprovar a destinação dos lucros para causas sociais, como bolsas de estudo, cuja finalidade afasta eventual *tying arrangement*.  
D) O auditor deverá exigir a alteração da cláusula para o próximo ano letivo. Os contratos já assinados nesse tipo de relação de consumo são protegidos pelo ato jurídico perfeito, mas permitindo ajustes em comum acordo.



### Questão 42

Em respeito à Lei Municipal de Vitória – Lei nº 5.332/2001, as receitas que compõem o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/Vitória) incluem, EXCETO:

- A) Doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam nacionais ou estrangeiras.
- B) Multas administrativas destinadas ao Fundo; incluídas as previstas na própria lei municipal.
- C) Rendimentos de depósitos bancários e aplicações financeiras das disponibilidades do próprio Fundo.
- D) Taxas judiciárias decorrentes de processos de consumo que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

### Questão 43

No curso de uma diligência, um auditor de atividades urbanas constata que um gerente de determinada loja de conveniência mantém em depósito e expõe à venda produtos com prazo de validade vencido. Além das sanções administrativas (multa e apreensão), o auditor deve avaliar se há desdobramentos penais em razão do comportamento do gerente. Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e na relação entre a Lei Penal e a necessidade de proteção ao consumidor, sobre a responsabilidade penal nesse caso, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade penal nos crimes contra o consumidor é objetiva, ou seja, é lícito punir o proprietário da empresa mesmo que, por quaisquer motivos, ele não possua ingerência sobre a loja fiscalizada.
- B) A conduta descrita pode configurar crime contra as relações de consumo, sendo o gerente da loja sujeito ativo idôneo para responder criminalmente, conforme a teoria da responsabilidade penal por omissão.
- C) O CDC regula sobre as relações de consumo como bem jurídico penal e, também, sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica, mas não prevê tipos penais em seu bojo. O auditor terá o dever de encaminhar o caso ao crivo da autoridade policial competente.
- D) Se ficar comprovado que o gerente não se comportou com dolo, mas com culpa, sua conduta será passível apenas de sanção administrativa de consumo, pois o delito de omitir informação relevante sobre a característica, qualidade ou segurança dos produtos não prevê a modalidade culposa no CDC.

### Questão 44

Determinado auditor de atividades urbanas do município de Vitória realiza fiscalização em uma loja de departamentos. Durante a diligência, o auditor constata que o estabelecimento condiciona a venda de um modelo específico de *smartphone*, em promoção, à contratação de um seguro contra furto e roubo. Além disso, o gerente da loja se recusa a exibir o livro de reclamações, alegando que o auditor, apesar de identificado, não apresentou a Cédula de Identificação Fiscal no ato. Com base no Decreto Federal nº 2.181/1997, assinale a afirmativa correta.

- A) O auditor não possui responsabilidade pessoal pelos atos de fiscalização, pois a responsabilidade é objetiva e recai sobre o órgão municipal fiscalizador de proteção ao consumidor.
- B) A falta da Cédula de Identificação Fiscal não invalida a autuação, uma vez que o decreto admite a delegação por convênio e dispensa o excesso de formalidade, visando à eficiência da fiscalização.
- C) O decreto admite o condicionamento da venda do *smartphone* ao seguro se restar comprovada a justa causa comercial, como a preservação da margem de lucro do lojista em itens promocionais.
- D) A autuação por “venda casada” é legítima, mas o auditor agiu de forma irregular, pois a fiscalização deve ser efetuada mediante a apresentação da Cédula de Identificação Fiscal, sob pena de nulidade dos atos praticados.

### Questão 45

A Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) decide avocar um processo administrativo que tramita no PROCON do Município de Vitória, envolvendo uma concessionária de energia elétrica. O fundamento para a avocação é que o fato gerador envolve interesses coletivos que impactam também o estado vizinho de Minas Gerais. De acordo com o Decreto Federal nº 2.181/1997, analise a validade do ato e assinale a afirmativa correta.

- A) Caso a SENACON apure o fato, ela não poderá aplicar sanções, cabendo à mesma a emissão de parecer técnico para que o município aplique a multa cabível.
- B) O processo só poderia ser remetido ao órgão federal se a autoridade máxima do sistema estadual do Espírito Santo, voluntariamente, decidisse pela remessa; sendo vedada a avocação, de ofício, por parte da SENACON.
- C) Se o fornecedor for concessionário de serviço público federal, a SENACON avocará o processo de forma discricionária. Para o caso hipotético, o decreto define a avocação como ato unilateral, que independe do envolvimento de outros órgãos.
- D) Para a avocação de processos que envolvam interesses difusos ou coletivos em mais de um estado, a SENACON deverá providenciar as oitivas do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e das autoridades máximas dos sistemas estaduais do Espírito Santo e de Minas Gerais.



### Questão 46

Durante fiscalização em uma rede de farmácias em Vitória, o auditor constata que o estabelecimento veiculou publicidade em rádio local oferecendo um “kit imunidade” composto por vitaminas e minerais. No entanto, a peça publicitária não informa que o uso excessivo de um dos componentes poderia causar reações alérgicas graves em hipertensos. Segundo o Decreto Federal nº 2.181/1997, sobre o caso hipotético, é correto afirmar que:

- A) Trata-se de publicidade enganosa por omissão, uma vez que deixou de informar aos consumidores o risco à saúde.
- B) A publicidade é considerada abusiva, pois se aproveita das limitações de julgamento do consumidor idoso, público-alvo do produto.
- C) Em obediência às últimas atualizações normativas do Decreto, para o caso, o *marketing* será válido na medida em que cumpra as normas de autorregulação publicitária.
- D) Não haverá infração administrativa se a farmácia comprovar que não houve a intenção de enganar (ausência de dolo), cabendo à fiscalização o ônus de provar a má-fé do anunciante.

### Questão 47

Considere que uma instituição financeira em Vitória recebeu o pagamento de uma multa administrativa aplicada pelo PROCON municipal. De acordo com a Lei Municipal nº 5.332/2001, sobre a obrigação dessa instituição e possível sanção aplicável à mesma em caso de descumprimento, é correto afirmar que a instituição financeira:

- A) Deve transferir o valor ao Estado em vinte e quatro horas, sob pena de multa de vinte por cento.
- B) Reterá cinco por cento do valor a título de taxa de administração bancária, conforme previsão da Lei Municipal.
- C) Não possui obrigações acessórias além do depósito em conta especial, cabendo ao município conferir o extrato bancário mensalmente.
- D) Deve comunicar ao Conselho Municipal os depósitos creditados ao Fundo, com especificação da origem, no prazo de dez dias, sob pena de multa mensal de dez por cento sobre o valor do depósito.

### Questão 48

Em uma operação de rotina em um hipermercado do Município de Vitória, um auditor de atividades urbanas constata que o estabelecimento comercializa carnes com prazo de validade expirado e sem as devidas informações de procedência. Diante do risco iminente à saúde pública, o auditor decide aplicar, de imediato e de forma cautelar, as penalidades de inutilização das mercadorias e interdição parcial do setor de açougue. Sobre a aplicação dessas penalidades, à luz do Decreto Federal nº 2.181/1997, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso, o auditor excedeu-se no poder de polícia administrativa, pois a inutilização de produtos deveria ser aplicada de forma isolada, e não de forma cumulativa com a interdição parcial do açougue.
- B) A responsabilidade pela prática infrativa recairá sobre a pessoa jurídica, sendo vedada a responsabilização pessoal de gerentes ou prepostos que tenham concorrido para a omissão no controle de validade.
- C) A interdição parcial do estabelecimento, por se tratar de sanção de extrema gravidade, não admite aplicação cautelar, devendo o órgão fiscalizador aguardar o trânsito em julgado administrativo do auto de infração lavrado pelo auditor.
- D) A inutilização da mercadoria e a interdição parcial do estabelecimento podem ser aplicadas de forma cumulativa e cautelar, sabendo-se que a penalidade de inutilização do produto está sujeita a posterior confirmação pelo órgão normativo ou regulador da atividade, nos limites de sua competência.

### Questão 49

Uma operadora de planos de saúde no Município de Vitória insere, em seus contratos de adesão, uma cláusula que obriga o consumidor a ressarcir a empresa pelos custos de honorários advocatícios em caso de cobrança judicial por inadimplemento, mas não prevê direito idêntico ao consumidor em caso de descumprimento contratual pela operadora. Além disso, a empresa envia a todos os seus clientes, sem solicitação prévia, um dispositivo eletrônico de monitoramento cardíaco, informando que os primeiros trinta dias são gratuitos. Sobre o evento hipotético e, ainda, considerando o Decreto Federal nº 2.181/1997, assinale a afirmativa correta.

- A) Por se tratar de contrato de adesão, a prática descrita só será passível de multa pelo município se houver prova de prejuízo financeiro efetivo à coletividade de consumidores (interesse difuso).
- B) A variação unilateral de cláusulas de reembolso é permitida desde que a operadora de saúde comprove o equilíbrio atuarial do contrato, não se aplicando o princípio da não abusividade no caso.
- C) Apesar de não ter havido a solicitação pelo consumidor, o envio do dispositivo gera para ele a obrigação de devolução em sete dias, sob pena de aceitação tácita e cobrança automática das mensalidades subseqüentes.
- D) A cláusula de ressarcimento de custos de cobrança é abusiva por ferir a reciprocidade, e o dispositivo eletrônico enviado sem solicitação equipara-se à amostra grátis, inexistindo obrigação de pagamento pelo consumidor.



### **Questão 50**

**No âmbito do processo de repactuação de dívidas decorrentes de superendividamento, conforme o Decreto Federal nº 11.150/2022, EXCLUEM-SE expressamente do processo de repactuação em dívidas de consumo:**

- A) As parcelas de empréstimos consignados, independentemente de haver lei específica que os regule.
- B) Quaisquer dívidas contraídas por pessoa natural, ainda que não seja o destinatário final do produto ou serviço.
- C) As dívidas provenientes de contratos de crédito com garantia real, de financiamentos imobiliários e de crédito rural.
- D) As dívidas oriundas de contratos de consumo de serviços essenciais, como abastecimento de água e energia elétrica.

### **Questão 51**

**Um supermercado no Município de Vitória possui balanças eletrônicas apenas nos caixas de saída e no interior da padaria e açougue, para pesagens por funcionários. No setor de hortifrúti ou em locais próximos e visíveis, não há balança de livre acesso ao consumidor, o qual é orientado a pesar a mercadoria no caixa de saída. Ao realizar a fiscalização, o auditor de atividades urbanas considera as regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC), da Lei Municipal nº 9.554/2019 e do Decreto Federal nº 2.181/1997; sendo correto afirmar que:**

- A) A conduta contraria a lei municipal e caracteriza a infração de falta de informação clara sobre a quantidade do produto, elencada pelo Decreto nº 2.181/1997, sujeitando o supermercado às sanções do CDC.
- B) Considerando a competência privativa da União para legislar sobre pesos e medidas nas relações de consumo, a lei municipal define sobre fiscalização e infrações, mas é inaplicável para fins de autuação e sanção administrativa.
- C) A lei municipal dá respaldo legal ao auditor para orientar o fornecedor visando à adequação dos procedimentos, pois o Decreto nº 2.181/1997 não prevê penalidades para o descumprimento de leis municipais específicas de metrologia.
- D) O estabelecimento está em conformidade, pois a Lei Municipal permite que a aferição de peso seja feita pelos funcionários nas balanças existentes no interior privativo dos setores de atendimento, sempre que requisitados pelo consumidor, garantindo, assim, o bom atendimento.

### **Questão 52**

**No exercício da fiscalização de posturas e relações de consumo, um auditor fiscal municipal depara-se com uma estrutura organizada para a prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, contando com dez profissionais contratados, sede de alto padrão e vultoso investimento em *marketing*. Para fins de registro, licenciamento e eventual responsabilização administrativa com base na teoria da empresa e, ainda, conforme a legislação civilista vigente, assinale a alternativa que descreve corretamente a natureza jurídica desse sujeito.**

- A) O registro na Junta Comercial possui natureza jurídica constitutiva para todos os profissionais intelectuais, sendo o único critério que define a transmutação de uma sociedade simples em sociedade empresária.
- B) Trata-se invariavelmente de empresário individual, uma vez que a organização de fatores de produção como capital, trabalho, insumos e tecnologia, subsume-se ao Código Civil brasileiro, sem embargo da natureza da atividade.
- C) Por se tratar de prestação de serviços, a fiscalização municipal deve classificar o ente como “sociedade de fato”, visto que o Código Civil veda aos profissionais liberais a constituição de estabelecimentos empresariais sob qualquer forma societária.
- D) A atividade descrita, por ser de natureza intelectual e profissão regulamentada, não é considerada própria de empresário, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, deslocando a atividade do âmbito civil para o empresarial.

### **Questão 53**

**O direito do consumidor é rico em conhecimento prático, pois faz parte da rotina do cidadão. A qualidade dos produtos à venda, a responsabilidade de quem os coloca no mercado e até a possibilidade do cometimento de crimes nas relações de consumo são temas que permeiam esse sistema de proteção do consumidor. Sobre a temática, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Em direito do consumidor não se discute culpa em casos de responsabilidade pelo fato do produto. Trata-se de um acidente de consumo, pelo qual a responsabilidade é objetiva.
- B) Na estrutura da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), os dados dos PROCONs estaduais e municipais são integrados pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC).
- C) Consideram-se direitos coletivos, para fins de tutela jurisdicional e administrativa, aqueles transindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares sejam pessoas determináveis e que decorram de uma origem comum.
- D) O Código de Defesa do Consumidor (CDC) prevê um título para as infrações penais, havendo a previsão de crimes omissivos nas relações de consumo e com a possibilidade de punição de seus autores na modalidade culposa.



### Questão 54

**Considerando o Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP) e, ainda, a atuação do auditor na fiscalização das atividades urbanas do município, quanto aos procedimentos fiscalizatórios, assinale a afirmativa correta.**

- A) O benefício do tratamento diferenciado dispensado às MEs e EPPs, inclusive referente à fiscalização orientadora, não se aplica às infrações relativas à falta de registro de empregados ou em situações de embaraço à fiscalização.
- B) Em respeito ao princípio da isonomia tributária e administrativa, o Estatuto Nacional da ME e da EPP veda que municípios estabeleçam prioridades de tramitação nos ritos administrativos para microempresas, mantendo-se os procedimentos ordinários por isonomia.
- C) A exclusão de ofício da empresa do regime do Simples Nacional por parte do município prescinde de processo administrativo prévio, sendo suficiente a constatação de inadimplemento superior a noventa dias com o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- D) Em razão do poder de polícia do auditor de atividades urbanas, o critério da “dupla visita” para a lavratura de autos de infração é relativo; a exemplo, o critério é inaplicável nos casos de transgressões por estabelecimentos situados em áreas de risco socioambientais e de infraestrutura.

### Questão 55

**Durante uma operação de rotina em um grande centro comercial, um auditor municipal de atividades urbanas constata que um estabelecimento de produtos importados comercializa suplementos alimentares, cujos rótulos estão redigidos exclusivamente em língua estrangeira (mandarim e inglês), sem traduções para o português. Além disso, o lojista não apresentou o certificado de registro sanitário exigido para aquela categoria de produto. Constatados esses fatos por ocasião da fiscalização, assinale, a seguir, a fundamentação correta para a atuação do auditor.**

- A) A autuação é incabível, pois o dever de informar em língua portuguesa é do fabricante estrangeiro, não podendo o comerciante importador ser responsabilizado administrativamente por falhas na rotulagem.
- B) Como há a responsabilização penal por comercializar produtos sem tradução, não serão permitidas sanções administrativas municipais como apreensão e multa na situação hipotética, sob pena de punição *bis in idem*.
- C) O auditor deve proceder à apreensão dos produtos com base no princípio da precaução, vez que produtos potencialmente nocivos e sem a devida informação clara e em língua nacional não podem ser comercializados, configurando prática infrativa.
- D) No caso, em virtude do princípio da livre iniciativa e o livre comércio internacional, as normas de rotulagem dão amparo à fiscalização municipal para orientar o lojista a fixar etiquetas suplementares, com registro em auto, e vedada a apreensão imediata.

### Questão 56

**A Lei de Liberdade Econômica produziu importantes alterações no Código Civil, impactando a fiscalização municipal no que tange à distinção patrimonial. Sobre a Sociedade Limitada e a responsabilidade dos sócios perante suas obrigações, assinale a afirmativa correta.**

- A) A Sociedade Limitada Unipessoal é uma nova natureza jurídica que obriga ao sócio único responder de forma ilimitada pelas dívidas da empresa, por não haver o pluralismo societário.
- B) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, caberá apenas ao juiz a desconsideração da personalidade, visando alcançar bens dos sócios beneficiados.
- C) Com base na atual teoria da desconsideração da personalidade jurídica adotada pelo Código Civil, a mera inexistência de bens da sociedade para satisfazer uma multa municipal autoriza, de plano, a execução dos bens particulares dos sócios.
- D) A responsabilidade de cada sócio na sociedade limitada é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidária e automaticamente pela integralização do capital social e pelas dívidas trabalhistas e tributárias, independentemente de gestão.

### Questão 57

**O Decreto Federal nº 11.150/2022 estabeleceu critérios para a preservação do mínimo existencial no superendividamento em dívidas de consumo. Considerando as informações originais da lei e suas alterações legislativas, assinale a afirmativa correta.**

- A) Dívidas de tributos e despesas condominiais vinculadas a imóveis do consumidor são computadas para fins de cálculo do comprometimento da renda mensal.
- B) O mínimo existencial é um valor variável, calculado individualmente e tendo por base o padrão de vida anterior do consumidor, não podendo ser inferior a um salário mínimo.
- C) Na aferição do mínimo existencial, devem ser computadas todas as dívidas do consumidor, incluindo as parcelas de financiamentos imobiliários e limites de cheque especial não utilizados.
- D) Considera-se mínimo existencial a renda mensal do consumidor (pessoa natural) equivalente a seiscentos reais, e a sua preservação não impede a concessão de crédito que substitua operação anterior, desde que melhore as condições do consumidor.



### Questão 58

Determinado supermercado anuncia, em encarte publicitário, uma promoção de “leite longa vida” por preço significativamente abaixo do mercado. Um consumidor tenta adquirir quarenta caixas para seu pequeno estoque doméstico, mas, sob ordens da diretoria, o estabelecimento limita a compra a doze unidades por cliente, alegando “preservação de estoque para abranger mais consumidores”. Não havia ressalvas de limite quantitativo no anúncio. Acionado, o auditor municipal competente comparece ao local e analisa a legalidade da conduta do fornecedor. Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e, ainda, em jurisprudência sedimentada nos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta é lícita, visando impedir o desabastecimento e incrementar o atendimento a mais consumidores. O CDC também regula o chamado “abuso de compra” por parte do consumidor.
- B) A limitação seria ilegal se o produto fosse de cunho essencial e urgente, como medicamentos, não se aplicando ao setor alimentício, para o qual vigora a liberdade de gestão de estoques.
- C) O estabelecimento comete prática abusiva ao condicionar ou limitar a venda sem justa causa, especialmente pela ausência de informação prévia no anúncio, violando o princípio da vinculação da oferta.
- D) O fornecedor tem autonomia para limitar quantitativamente as vendas, sem aviso prévio, quando o fundamento é o princípio da autonomia da vontade contratual, entendimento que prevalece sobre a legislação no caso de promoções tipo “queima de estoque”.

### Questão 59

No exercício da fiscalização, considere que um auditor municipal de relações de consumo observa um painel publicitário de um lançamento imobiliário que destaca: “Parcelas de apenas R\$ 500,00”. Ao realizar a inspeção documental (cópia do contrato padrão), o auditor verifica que as parcelas sofrem reajustes mensais pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), possuem resíduos anuais vultosos e parcelas intermediárias de R\$ 20.000,00 a cada seis meses, informações estas não exibidas na publicidade externa. Sobre a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso em particular, o auditor não tem competência para atuar a empresa pela publicidade, cuja atribuição em sede municipal caberá ao PROCON.
- B) Não há infração administrativa se realmente existirem parcelas de R\$ 500,00, vigendo, nessa situação, o princípio do *caveat emptor* (que o comprador esteja atento).
- C) Trata-se de publicidade enganosa por omissão, pois silencia sobre dados essenciais do serviço referentes ao custo real e à forma de pagamento, induzindo o consumidor em erro sobre a natureza financeira do compromisso.
- D) A publicidade é considerada “meramente sugestiva” (*puffing*), não havendo no *marketing* imobiliário a obrigação da exposição imediata de taxas e reajustes, que deverão ser informados quando dos detalhes da compra e da assinatura do contrato.

### Questão 60

Durante uma auditoria em uma Sociedade Limitada de grande porte, o auditor municipal exige a apresentação dos livros diário e razão para verificação da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O gerente do estabelecimento, enquanto preposto, recusa-se a exibi-los, alegando “sigilo empresarial” garantido pela Lei Civil brasileira. Com base no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Os prepostos facilitadores, como gerentes e contadores, não possuem responsabilidade solidária com o empresário pelos atos culposos praticados no exercício de suas funções.
- B) No caso, a recusa do preposto é legítima, pois o Código Civil estabelece a inviolabilidade absoluta da escrituração mercantil, cujo sigilo só poderá ser quebrado por ordem judicial, em ação de exibição integral.
- C) A escrituração empresarial é facultativa para as sociedades que optarem pelo lucro presumido, de modo que a exigência de livros diário e razão pelo fisco municipal carece de fundamento na Lei Civil e no direito empresarial.
- D) O dever de exibição dos livros à autoridade fiscal, no exercício de suas funções legais, é uma exceção ao princípio da invulnerabilidade da escrituração no evento hipotético, e a omissão do preposto pode configurar embaraço à fiscalização.

### ATENÇÃO



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



## PROVA DISCURSIVA

### ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, que será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados	Total de Pontos	
<b>Aspectos Macroestruturais</b>		
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).	4,00	
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).	4,00	
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente: progressão textual).	3,00	
<b>Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão</b>	<b>Pontos descontados por erro</b>	<b>Total de Pontos</b>
<b>Aspectos Microestruturais</b>		
<b>Estruturação sintática:</b> truncamentos de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.	0,50	2,00
<b>Morfossintaxe:</b> colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular – uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões	0,25	3,00
<b>Desvios:</b> acentuação; ortografia; translineação; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação	0,25	4,00
<b>TOTAL</b>		<b>20 pontos</b>

### Texto I

#### PMV apresenta lei que moderniza carreira dos auditores de atividades urbanas

A tarde desta sexta-feira (7) foi marcada por uma boa notícia para servidores municipais de Vitória. A Lei que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Auditores de Atividades Urbanas do Município, foi apresentada em solenidade que ocorreu na sala de reuniões do Palácio Municipal.

O objetivo é atualizar e modernizar as nomenclaturas dos cargos, de acordo com as práticas contemporâneas de gestão.

“A nova Lei reflete a evolução das atividades desempenhadas pelos servidores, demonstrando o reconhecimento ao trabalho realizado e a modernização da carreira dos auditores de atividades urbanas”, enfatizou o secretário de Gestão e Planejamento, Regis Mattos.

(Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticias/>. Acesso em: março de 2026.)



## Texto II

Pelo conceito clássico, ligado à concepção liberal do século XVIII, o poder de polícia compreendia a atividade estatal que limitava o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança.

Pelo conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

Esse interesse público diz respeito aos mais variados setores da sociedade, tais como segurança, moral, saúde, meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio cultural, propriedade. Daí a divisão da polícia administrativa em vários ramos: polícia de segurança, das florestas, das águas, de trânsito, sanitária etc.

No direito brasileiro, encontra-se conceito legal de poder de polícia no art. 78 do Código Tributário Nacional: “considera-se poder de polícia atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”.

*(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo – 36. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023. Adaptado.)*

**A partir dos textos motivadores, redija uma dissertação sobre o tema:**

*“O exercício do poder de polícia na fiscalização municipal: o equilíbrio entre a supremacia do interesse público e a observância dos princípios do Direito Administrativo Sancionador”.*

**Ao redigir seu texto, aborde, obrigatoriamente, os seguintes pontos:**

- **Atributos do ato administrativo:** explique a aplicação da autoexecutoriedade e da presunção de legitimidade nas ações de fiscalização de campo;
- **Princípios sancionadores:** discorra sobre a importância dos princípios da proporcionalidade e da motivação no momento em que o auditor decide pela aplicação de uma sanção; e
- **Devido processo legal:** aborde a aplicação de tal princípio após a lavratura de um auto de infração, conforme as normas de Direito Administrativo.

**Instruções adicionais:**

- Não deve ser inserido título na dissertação;
- Em caso de erro na escrita, o candidato deverá utilizar tachado duplo para anulação e desconsideração do trecho equivocado ~~(EXEMPLO)~~.



**PROVA DISCURSIVA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

